

PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL: PRODUÇÃO DO CUIDADO NO CAMPO DO BEM-ESTAR SOCIAL - CASA DE ACOLHIMENTO PROVISÓRIO

Ana Clara de Oliveira Moreira (anaclaraoliveiram97@gmail.com)

Lorryne Del Caro Zanoni (lodelcaro@gmail.com)

Nathalia Cristina Piffer Deptulsqui Natali (nathalia-natali-3@hotmail.com)

Karina de Andrade Fonseca (karina.fonseca@fsjb.edu.br)

RESUMO

O projeto tem o objetivo de aproximar os estudantes de Psicologia da instituição de ensino FAACZ, situada em Aracruz no Espírito Santo, com a política pública de assistência social de seu município, em específico a Casa de Acolhimento Provisório. O estágio nesta área se faz necessário para compreender melhor as necessidades do ambiente no contexto social de assistência e de suas funções ao criar o fortalecimento de vínculos entre as crianças e suas famílias, visando realizar a reintegração dos mesmos aos seus lares.

PALAVRAS-CHAVE: PSICOLOGIA SOCIAL; ASSISTÊNCIA SOCIAL; ACOLHIMENTO PROVISÓRIO.

1 – INTRODUÇÃO

Esse trabalho é fruto do Estágio Básico III, do curso de Psicologia da FAACZ, cujos conteúdos abordam a intervenção supervisionada em processos psicossociais com o objetivo de desenvolver as habilidades de coordenar e manejar processos grupais e institucionais objetivando a promoção, prevenção e reabilitação da saúde psicológica e psicossocial.

A Casa de Acolhimento Provisório é uma das instituições que ofertam seus serviços à população através da Política Nacional de Assistência Social, com objetivo de acolher e proteger crianças e adolescentes que são afastados do seu núcleo familiar provisoriamente, tendo a permanência máxima de 90 dias.

Esse projeto se justifica para uma maior aproximação do estudante de Psicologia nas áreas sociais, isto é, um contato com as políticas públicas de assistência social na íntegra de sua cidade. Se faz necessário um estágio nesta área para um melhor conhecimento sobre como é o ambiente nos quais temos a Psicologia Social e as demandas que a comunidade necessita, em especial neste caso, as crianças e adolescentes que foram afastadas de seus núcleos familiares devido à estarem vivenciando situação de violação de direitos com rompimento de vínculos.

2 – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA OU REFERENCIAL TEÓRICO

A Assistência Social - representada pela também pela sigla “AS” - é uma política pública brasileira, garantida a todo cidadão do território nacional, tal qual, caracterizada como um direito de todo o indivíduo para quando necessitar, isto é, todo o cidadão que estiver em uma situação de risco e vulnerabilidade social pode buscar os serviços públicos com objetivo de obter informação, proteção e/ou acolhimento.

A Casa de Acolhimento Provisório visa ofertar acolhimento e proteção à crianças e adolescentes que são afastados do seu núcleo familiar provisoriamente, tendo a permanência máxima de 90 dias. É importante lembrar que as crianças são encaminhadas para essa casa através de uma determinação judicial e são acompanhadas durante todo esse período. No presente trabalho, foram realizadas intervenções na Casa de Acolhimento Provisório, cuja gestão é da Prefeitura Municipal Aracruz, com crianças de 6 a 14 anos.

O afastamento dessas crianças e adolescentes do seu meio familiar não é a primeira opção, no entanto, se faz necessário se o menor estiver tendo seus direitos violados em seu próprio ambiente de convívio familiar e/ou comunitário. Portanto, é preciso levá-las, ao menos temporariamente, para espaços institucionais para

que seja garantida a proteção e a garantia de seus direitos de forma integral (seja a nível de abrigo, alimentação, vestuário, educação e afetividade). O acolhimento institucional está inserido na política pública de Assistência Social. É operacionalizado por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que é composto por dois níveis de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

A Proteção Social Básica tem como objetivo prevenir situações de risco, explorando potencialidades, adquirindo e fortalecendo os laços familiares e comunitários. Esse nível de proteção tem como principal unidade o Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, que oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas (PNAS, 2005, p. 37-38).

Já a Proteção Social Especial dirige-se à famílias e pessoas que estejam vivenciando situação de risco e violação de direitos. Esse nível de proteção é dividido em média e alta complexidade.

A média complexidade objetiva “prestar serviços profissionais a famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade, e direitos violados sem rompimento de vínculos” (PNAS, 2005, p. 38). Os serviços prestados são o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), o Serviço Especializado em Abordagem Social, o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. A principal unidade de referência é o Centro de Referência de Assistência Social (CREAS).

A alta complexidade da Proteção Social Especial presta assistência às famílias e indivíduos em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, podendo esses necessitar de um acolhimento provisório fora de seu núcleo familiar de origem (PNAS, 2005 p. 38). Os serviços ofertados por esse nível de proteção são: Serviço de Acolhimento Institucional (Abrigo Institucional, Casa Lar, Casa de Passagem, Residência Inclusiva); Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

O ambiente da Política Social é alvo de diversas problemáticas familiares e individuais. Se tem o contato com núcleos diversos que sofrem por demandas emocionais, financeiras, trabalhistas, vícios, violência, dentre outros aspectos. Portanto, neste trabalho, abordaremos a Proteção Social Especial, especificamente o Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes.

Atualmente, existem diversas casas de acolhimento institucional, que visam oferecer proteção e cuidado social para crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social e rompimento ou enfraquecimento dos vínculos familiares. Durante o tempo de acolhimento é obrigação da instituição fornecer os cuidados básicos para essas crianças e trabalhar a reintegração do indivíduo a sua família e consequentemente gerar o fortalecimento de vínculos (COLLOR et al, p. 29-30).

A atuação do psicólogo nas instituições de acolhimento está muito além de oferecer cuidados básicos às crianças e adolescentes. Entretanto, assim como em toda política pública de AS, o seu papel também não é voltado para uma clínica individual visando a psicoterapia. Sendo assim, o psicólogo tem como uma de suas funções promover ações visando o fortalecimento de vínculos entre as crianças e suas famílias para a possibilidade de reintegração dos mesmos aos seus lares. Ele também deve fazer uma capacitação de instrumentalização da equipe interdisciplinar. Outro aspecto importante relacionado ao papel do psicólogo nas casas de acolhimento é o de ser o mediador da criança ou adolescente com a instituição, com a família e com o Poder Judiciário.

Para a realização de tais tarefas, é necessário que o psicólogo e também os outros profissionais envolvidos, tenham um vasto conhecimento de saberes e técnicas de intervenções e dinâmicas que possam ser realizadas, visando sempre o bem-estar físico e afetivo, bem como a reintegração da criança em seu lar. O trabalho multidisciplinar é de grande importância para todo esse processo, pois se ele acontece de forma

eficaz, torna-se um meio facilitador para a implementação das metodologias participativas no âmbito das medidas socioeducativas e de proteção infanto-juvenil (Silva, Denardi, Becker e Delvan, 2015).

É importante entender as demandas que os menores precisam naquele momento, pois são crianças e adolescentes de diferentes faixas etárias, com diferentes realidades de vida, e os motivos que englobam o seu afastamento do convívio familiar e comunitário são variados. Devemos entender que as crianças foram afastadas das suas famílias contra a sua vontade, mesmo sendo conversado o porquê do afastamento.

É uma realidade diferente em que elas começam a viver com pessoas diferentes que precisam criar um vínculo, com rotina diferente, as coisas mudam de uma hora para a outra. O papel do psicólogo é acolher esses menores e buscar entender junto deles os seus problemas, suas angústias, acompanhar as visitas junto aos pais e também mostrar para eles que a sua infância e adolescência continuam, de uma maneira diferente, mas que as coisas ainda são possíveis de realizar.

3 – METODOLOGIA DO TRABALHO OU DESENVOLVIMENTO

Foram realizadas intervenções em grupo presenciais com crianças e adolescentes na Casa de Acolhimento de Aracruz no Espírito Santo, com quatro encontros no total, um a cada semana. Os encontros aconteceram nas sextas-feiras, entre os dias 10 de setembro e 1 de outubro. Em cada momento, propusemos trabalhar o desenvolvimento efetivo das crianças e adolescentes. Para tanto, foram propostas dinâmicas sobre aspectos como respeito, aceitação, socialização, compreensão afetiva, trabalho mútuo, dentre outros.

4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES OU ANÁLISE DOS DADOS

O trio ficou responsável por marcar um horário para conhecer o local, visita essa que aconteceu no dia 18 de agosto. Nesse momento, foi levantada a problemática que seria trabalhada junto às crianças e adolescentes abrigados. Em conversa com a assistente social, foram indicados aspectos relacionados ao fortalecimento de vínculos como sendo o foco de trabalho. Recebemos a informação de que a Casa de Acolhimento estaria mudando de local, assim, teríamos que, antes de fazer a primeira intervenção, saber se todos já estavam estabelecidos na nova moradia.

No primeiro encontro, que aconteceria na sexta-feira – dia 10 de setembro – as alunas estavam presentes no local para a primeira intervenção. Nos apresentamos à psicóloga que estava presente, recolhemos novamente as assinaturas dos documentos, e nos reunimos com as crianças e adolescentes para iniciarmos a primeira intervenção, que teve como foco os assuntos respeito, emoções e autoconhecimento.

A partir desse primeiro momento, pudemos observar as demandas que surgiram e estabelecer quais outros temas iríamos abordar com eles. Sendo assim, uma intervenção só era planejada depois da realização da intervenção anterior para, assim, podermos trabalhar dinâmicas específicas com temas necessários para eles. Conseguimos observar de forma clara o que precisava ser apresentado e levamos diversas temáticas, como a empatia, respeito, diferenças pessoais, trabalho em equipe, aceitação e autoestima.

No primeiro encontro trabalhamos as temáticas respeito e autoconhecimento. Abordamos os aspectos das emoções e do reconhecimento de si e a importância de reconhecer o espaço do outro com o objetivo da aprendizagem sobre o respeito e apreciação das diferenças uns dos outros e reconhecer o espaço do outro (físico e emocional). Desta forma, serão capazes de compreender e reconhecer seus sentimentos, seus pensamentos e suas atitudes. Neste encontro, desenvolvemos de forma lúdica os reconhecimentos das emoções, usando de estratégias dos jogos de mímicas, fazendo com que os participantes identificassem as emoções apresentadas e problematisassem o que ela representa para si e para o outro.

Para o segundo encontro foram abordadas as temáticas aceitação, respeito e autoconhecimento. Com base no que observamos no encontro anterior, elaboramos para esse segundo momento a compreensão da apreciação de si, o que diferencia e o que aproxima dos outros, ao mesmo tempo que aprecia as diferenças uns dos outros e as respeitando. Neste encontro, usamos de forma lúdica o reconhecimento da importância

individual e outrem, usando espelhos como ferramenta facilitadora de observação. Outros itens utilizados foram lápis de colorir e papel sulfite, buscando a expressão individual de si.

Para o terceiro momento com as crianças e adolescentes, procuramos desenvolver o entendimento, a ajuda mútua e a socialização, trabalhando sobre respeito e trabalho em grupo, refletir sobre o que desejamos aos outros, mas que não gostaríamos que fossem feitas conosco. Assim como a reflexão sobre a comunicação, sobre interpretação de mensagens, sobre desenvolver o silêncio proativo para autoconhecimento e, assim, conhecer o outro e suas intenções com mais clareza. Iniciamos com a dinâmica “Telefone Sem Fio Corporal”, posteriormente utilizamos a dinâmica “Feitiço contra o Feiticeiro” e finalizamos esse momento com uma atividade de auxílio mútuo.

No último encontro, trabalhamos com a temática da apreciação de si. Buscamos estimular que apreciassem o melhor no outro e conseguissem se colocar no lugar do mesmo, respeitando e apreciando as diferenças, compreendendo e reconhecendo os sentimentos dos outros. Foram trabalhadas as temáticas: empatia, respeito, avaliação e interpretação dos comportamentos. Foi solicitado nesta atividade que expressassem em forma de desenho ou escrita aquilo que os identificava como sendo o melhor de si. Com a finalização das produções, solicitamos a troca como forma de presente do melhor de si para o outro.

Atualmente, temos conhecimento de que a infância é uma fase de desenvolvimento de extrema importância para um indivíduo, pois além de haver um desenvolvimento biológico, outros aspectos importantes também são desenvolvidos, como os aspectos psicossociais e cognitivos. Sendo assim, a presença da família é fundamental nesse processo, porque além da proteção e dos cuidados básicos, ela deve oferecer também o afeto. Entretanto, essas crianças e adolescentes presentes na Casa de Acolhimento estão separadas de sua família, o que causa neles muitos sintomas que podemos observar durante a realização do estágio, como dificuldade em seguir regras de convivência, sendo necessário chamar a atenção de algumas crianças, em específico para que parassem de brigar e discutir umas com as outras. Nesses momentos, sempre trabalhamos com atividades relacionadas à empatia e respeito ao outro.

5 – CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estágio Básico 3 em Psicologia e Assistência Social contribuiu para construir uma base de conhecimentos e vivência do campo. Pudemos desenvolver aspectos de observação e escuta que é fundamental para um profissional de Psicologia, como também noções de adaptação às circunstâncias e fatores que se apresentam no cotidiano.

Vivenciar o campo é fundamental e, durante as intervenções, pudemos presenciar o quanto é importante analisar o que o lugar pede. Muitas vezes elaboramos um projeto visando uma direção, entretanto, ao chegar neste lugar, vemos que temos que tomar outra rota, mediar as urgências, e mudar o que foi planejado. Todos os encontros que tivemos nos proporcionaram grandes oportunidades de aprendizado em nossa formação acadêmica.

Diante do que foi apresentado neste trabalho, concluímos que as crianças e adolescentes que moram atualmente na Casa de Acolhimento Provisório apresentam sofrimento emocional decorrente do afastamento do convívio familiar e comunitário, além de terem que conviver com pessoas que não conheciam. Portanto, as dinâmicas desenvolvidas visavam trabalhar aspectos como respeito, comunicação, alteridade, apreciação e identificação dos sentimentos - próprios e do outro -, buscando os aspectos do fortalecimento de vínculo emocional intra e intersociais.

Durante as execuções das dinâmicas, as crianças e adolescentes foram questionadas sobre como se sentiam desenvolvendo aquelas atividades e elas expressavam alegria por estarem aprendendo a lidar com emoções mediante o novo.

Por fim, recomendamos um estudo mais aprofundado sobre o sofrimento emocional, desenvolvimento e suas influências nos aspectos sociais e afetivos vivenciados por crianças e adolescentes em contexto de acolhimento institucional.

6 – REFERÊNCIAS (SEGUIR A ABNT 6023)

1. BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE. LEGISLAÇÃO DO SUS, CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE. Brasília: CONASS, 2003. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/progestores/leg_sus.pdf>. Acesso em: 02 out. 2021.
2. BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/const/constituicao-federal.asp#/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 02 out. 2021.
3. BRASIL. LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – LOAS. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/L8742_de%201993_alterada%20pela%2012435_de_2011.pdf/view>, acesso em 02 out. 2021.
4. COLLOR et al. PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriancasAdolescentes%20.pdf>. Acesso em: 02 out. 2021.
5. GUEDES, C. F. SCARCELLI, I. R. ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA: O COTIDIANO EM QUESTÃO. Psicologia e Sociedade, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/6m7cMvtD5RMHZ8tLGQ6tBqs/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 04 out. 2021.
6. LOCHPE, E. L. A PSICOLOGIA E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: HISTÓRIAS, PRÁTICAS E LUGARES. 2015. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/135433/000988892.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 04 out. 2021.
7. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PNAS/2004. Brasília. 2005. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 02 out. 2021.
8. SAIBA O QUE É A LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (LOAS). Freesom, 2020. Disponível em: <<https://blog.freedom.ind.br/saiba-o-que-e-a-lei-organica-da-assistencia-social-loas/>>. Acesso em: 02 out. 2021.
9. SILVA, Christie Dinon Lourenço; DENARDI, Raquel Cristina; BECKER, Ana Paula Sesti; DELVAN, Josiane da Silva. A PSICOLOGIA NOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E O FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS. Pesquisas e Práticas Psicossociais. São João del-Rei, 2015. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v10n1/05.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2021.